



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Parecer / Manifestação do Pregoeiro nº 143492386/2025-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

**ASSUNTO:** Análise de Recurso - Pregão Eletrônico nº 90019/2025-SR/PF/RJ - **Item 1**

**RECORRENTE:** ADSUMUS ENGENHARIA E SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDA

Trata-se de intenção de recurso interposto pela empresa **ADSUMUS ENGENHARIA E SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDA**, CNPJ: 59.449.783/0001-38 (**Recorrente**), contra ato deste pregoeiro que desclassificou sua proposta do **Item 1** do Pregão Eletrônico nº 90019/2025-SR/PF/RJ, que visa a contratação de empresa especializada em engenharia para realização de serviço de execução de piso para a garagem de veículos blindados na SR/PF/RJ.

## 1. RELATÓRIO

1.1. Consta dos autos que, durante a fase de julgamento da proposta, a empresa foi regularmente convocada, inicialmente via chat do sistema e, posteriormente, por meio de convocação formal com prazo de 2 (duas) horas, para apresentar documentação comprobatória referente à desoneração da folha de pagamento, informação essencial para a verificação da exequibilidade e da correção dos percentuais constantes na planilha de custos apresentada.

1.2. Apesar das convocações realizadas, a empresa permaneceu silente, não apresentou a documentação solicitada dentro do prazo estabelecido, tampouco formulou pedido de prorrogação, razão pela qual foi desclassificada por descumprimento das exigências editalícias e inobservância do prazo concedido, e não por eventual inadequação do conteúdo do documento em si.

1.3. Aberta a fase recursal, a empresa limitou-se a juntar o referido documento, sem apresentar qualquer petição de recurso, sem expor fundamentos, sem formular pedido específico ou demonstrar, de forma clara, sua irresignação quanto ao ato de desclassificação.

## 2. DA AUSÊNCIA DE RECURSO FORMALMENTE ADEQUADO

2.1. Nos termos da legislação aplicável ao pregão eletrônico e pedidos na instância administrativo, o recurso administrativo deve conter, ainda que de forma sucinta: a manifestação inequívoca de inconformismo; a indicação dos fundamentos de fato e de direito; e o pedido, ainda que implícito, de reforma da decisão recorrida.

2.2. No caso concreto, a empresa não apresentou razões recursais, tampouco formulou qualquer pedido, limitando-se ao simples envio de um documento, o que impede a Administração de identificar com precisão qual decisão estaria sendo impugnada, qual o vício apontado; e qual providência se espera da Administração.

2.3. Não cabe ao Pregoeiro presumir ou reconstruir a intenção do particular, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Assim, inexistente recurso administrativo formalmente constituído, não sendo possível conhecê-lo.

## 3. DA IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA TARDIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL

3.1. Ainda que se superasse a ausência de razões recursais, o que se admite apenas por

argumentar, a pretensão da empresa não poderia prosperar. A desclassificação da licitante não decorreu da inexistência do documento, mas sim do descumprimento do prazo regularmente concedido para sua apresentação, após convocação expressa realizada durante a sessão pública.

3.2. A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que não é admissível a juntada posterior de documentos que deveriam ter sido apresentados no momento oportuno, quando tal providência compromete a isonomia entre os licitantes e viola as regras do edital. A fase recursal não se presta à correção de falhas procedimentais imputáveis ao licitante, tampouco à apresentação extemporânea de documentos essenciais à análise da proposta.

3.3. Permitir a aceitação do documento apenas na fase recursal significaria beneficiar a licitante desidiosa, em prejuízo daquelas que observaram rigorosamente os prazos e exigências editalícias.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Importante destacar que este Pregoeiro analisou todas as alegações de maneira impessoal e criteriosa.

4.4. É louvável que cada interessado(a) questione e faça valer seu direito de ser ouvido(a).

4.7. Porém, tal direito não dá causa direta de deferimento às possíveis pretensões.

4.10. Diante do exposto, este pregoeiro manifesta-se pelo NÃO CONHECIMENTO da manifestação apresentada pela empresa ADSUMUS ENGENHARIA E SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDA, por ausência de recurso administrativo formalmente adequado, ante a inexistência de razões e de pedido recursal; subsidiariamente, por MANTER A DESCLASSIFICAÇÃO da empresa, uma vez que a apresentação extemporânea de documento essencial não é admitida, especialmente quando a desclassificação decorreu do descumprimento do prazo regularmente concedido, e não do mérito do documento em si.

4.11. Encaminhe-se à autoridade competente para deliberação.

4.12. As razões constantes neste documento serão, de pronto, cadastradas no sistema correspondentes, para conhecimento dos interessados e encaminhamento à autoridade superior. Após sua decisão final, ambas e a manifestação do GTED serão publicada no Portal da Polícia Federal através do link <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2025/rio-de-janeiro/pregao-eletronico/20035605900192025000.zip/view>.

Rio de Janeiro/RJ, na data da assinatura eletrônica.

**ÁDAMO H. LOUZADA**  
Agente Administrativo  
Pregoeiro do PE 90019/2025-SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **ADAMO HENRIQUE LOUZADA, Agente Administrativo(a)**, em 29/01/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144375980&crc=006FB58E](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144375980&crc=006FB58E).  
Código verificador: **144375980** e Código CRC: **006FB58E**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Decisão nº 144503511/2026-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Processo: 08455.003602/2025-49

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2025**

**OBJETO:** Serviços de Execução de Piso para a Garagem de Veículos Blindados na SR/PF/RJ

Recursos interpostos pela empresa **ADSUMUS ENGENHARIA E SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDA**

**1. DA DECISÃO**

1.1. Considerando art. 71 da Lei n. 14.133/2021;

1.2. Considerando as argumentações do "Parecer / Manifestação do Pregoeiro (144375980)", onde as alegações foram analisadas de maneira impessoal e criteriosa, acato a sugestão do Pregoeiro e julgo o recurso interposto pela Recorrente como **NÃO CONHECIDO**.

Rio de Janeiro na data da assinatura eletrônica.

**FÁBIO GALVÃO DA SILVA RÊGO**

Superintendente Regional  
Delegado de Polícia Federal  
SR/PF/RJ

**BRUNO TAVARES SIMÕES**

Superintendente Regional Substituto  
Delegado de Polícia Federal  
SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **FABIO GALVAO DA SILVA REGO**, Superintendente Regional, em 02/02/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144503511&crc=92A57391](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144503511&crc=92A57391).

Código verificador: **144503511** e Código CRC: **92A57391**.